**PERCURSO ORIENTADOR PARA ELABORAÇÃO DO PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO EM PERSPECTIVA COLABORATIVA NO ENSINO MÉDIO TÉCNICO INTEGRADO**

Patrícia Monteiro Lima CHAGAS**[[1]](#footnote-2)**

Silvia de Souza Ferreira SALGADO[[2]](#footnote-3)

Annie Gomes REDIG[[3]](#footnote-4)

Resumo

O artigo apresenta um estudo para elaboração do Plano de Ensino Individualizado (PEI) em uma Sala de Recursos Multifuncionais de uma Escola de Ensino Médio Técnico Integrado. A atualização do documento do PEI pela rede na qual a escola está inserida gerou necessária elaboração de procedimentos que envolvessem diferentes agentes da comunidade escolar. O PEI é um documento elaborado a partir do compartilhamento de vários saberes, um complementando o outro, e isso implica em uma ação colaborativa. A partir dos pressupostos da pesquisa-ação, elaboramos um protocolo pautado no caráter incondicionalmente colaborativo do PEI. Os resultados revelam que a ação colaborativa promove formação sobre o público do Atendimento Educacional Especializado; amplia aspectos para acessibilidade; atende ao paradigma de suporte, no qual se contextualiza a ideia de inclusão e pode favorecer o percurso escolar do aluno com necessidades educacionais específicas no Ensino Médio Técnico Integrado.

**Palavras chaves:** plano educacional individualizado, ensino médio técnico integrado, percurso colaborativo, inclusão.

Resumo Expandido

Introdução

O presente trabalho refere-se à elaboração, pela Sala de Recursos Multifuncionais, de um protocolo para construção do PEI em uma escola de Ensino Médio Técnico Integrado. Temos por objetivo contribuir para a democratização do acesso, permanência, aprendizagem e conclusão de curso dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação e/ou transtornos do neurodesenvolvimento, em uma perspectiva colaborativa.

A promoção da inclusão para pessoas com necessidades educacionais específicas em cursos técnicos de nível médio integrado ainda se configura como um desafio, especialmente quando o aluno necessita de maior suporte para acessibilidade curricular. A eliminação de barreiras metodológicas, comunicacionais, atitudinais etc, tendem a favorecer o acesso e utilização de todos os espaços e projetos previstos no calendário escolar.

**1. O protocolo para elaboração do PEI: uma ação colaborativa**

Considerando as diretrizes legais e o novo formato do documento do PEI na rede de ensino, buscamos alternativas que de forma técnica subsidiassem sua construção. Alguns pontos são considerados fundamentais ao processo de desenvolvimento do PEI, em uma perspectiva colaborativa.

Serviram como norte: conhecer o sujeito em sua singularidade; avaliar suas potencialidades; considerar não só o indivíduo com funcionamento intelectual diferenciado, mas também em interações diante de apoios necessários; oportunizar aos alunos o máximo de autogerenciamento sobre suas próprias vidas, considerando a transição para uma vida independente; enfatizar que a deficiência passa a ser vista como estado de funcionamento do indivíduo, a fim de se eliminar quaisquer atitudes que possam resultar em rotulagem e exclusão; ter como premissa o paradigma de suporte e apoio que rege a inclusão e promover acolhimento aos alunos, seus professores e suas famílias.

A primeira ação foi a elaboração de instrumentos para melhor conhecer e atender as especificidades dos alunos. Os instrumentos utilizados e elaborados foram:

1. Encaminhamento; Estudo de Caso e Relatório de Estudo de Caso;

2. Programa pedagógico acessível, listando acessibilidade curricular e no conteúdo programático;

3. Avaliação Inicial do PEI – através de Inventário respondido pelo aluno a fim de realizar avaliação de habilidades gerais e transição para vida adulta;

4. Entrevista com pais/responsáveis;

5. Elaboração de carômetro[[4]](#footnote-5) a fim de apresentar aos docentes as necessidades educacionais específicas dos alunos, bem como indicações para acessibilidade a luz do AEE;

6. Ficha de observação e registro, preenchida pelos docentes através de formulário com questões de múltipla escolha, identificando o aluno por foto, abordando aspectos observados em sala de aula;

7. Acolhida aos estagiários, cursistas de Pedagogia, com encontro para formação específica pensando a mediação escolar.

O segundo momento se deu na ação colaborativa para efetiva execução do PEI, através de um formulário preenchido pelos docentes, tornando mais efetivo o recolhimento de informações. Isso porque, cada aluno possui uma média de 22 disciplinas sendo cursadas, a cada ano letivo, considerando disciplinas da Formação Geral e Técnicas.

O formulário individualizado foi elaborado via Google Forms cabendo aos docentes elencar competências e habilidades específicas de sua disciplina a serem trabalhadas no semestre letivo (resposta longa); considerações sobre adequações no processo de avaliação (caixa de seleção composta por pelo menos 18 possibilidades) e o uso de tecnologias assistivas necessárias ao processo educacional do aluno (caixa de seleção composta por pelo menos 13 possibilidades). O corpo docente considerou o formulário um facilitador à sua ação participativa. Coube aos coordenadores dos cursos o envio dos formulários aos docentes, via aplicativo de conversas, acompanhado de uma breve explicação sobre o fator colaborativo do PEI.

Segundo Sonza (2020) as tecnologias assistivas devem ser compreendidas como auxiliares fundamentais no processo de inclusão dos alunos em quaisquer cursos, disciplinas e atividades. O caráter pedagógico do formulário preenchido pelos professores torna-se meio de oportunizar conhecimento sobre assuntos em que pese o professor regente ainda não ter sido apresentado ou provocado. Como explicado aos docentes, a amplitude de recursos, softwares, procedimentos etc que estão a serviço da melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem, a partir do uso de tecnologias assistivas, é um fator que amplia possibilidades e transforma a sala de aula positivamente.

Para Vilaronga e Mendes (2014), o trabalho baseado no ensino colaborativo, também conhecido como coensino, entre professores de educação especial e da sala regular, é apontado como um dos mais relevantes para o percurso escolar de alunos público do AEE. E para Tannus-Valadão e Mendes (2018), o trabalho colaborativo é uma das estratégias que pode favorecer a inclusão, sendo o PEI um documento que não deve ser elaborado de forma isolada, já que as informações prestadas melhor se dão no compartilhamento de vários saberes, um complementando o outro.

A educação em uma perspectiva inclusiva, tendo em vista o paradigma de suporte, precisa buscar caminhos que legitimem a capacidade da pessoa público do AEE. Portanto,

Fazer diferente é a única opção que o corpo docente possui, a fim de alcançar o processo de ensino/aprendizado para todos os alunos. A inclusão não deve permanecer no campo ideário, precisamos de novas práticas e planejamento para conduzir os alunos no campo educacional, de maneira fidedigna, considerando uma educação contemporânea. (ESTEF; REDIG, 2024, p. 14).

Nesse entendimento, o trabalho com o PEI em questão busca evidenciar o protagonismo dos agentes de apoio a inclusão, ou seja, professores regentes, professor do AEE, famílias, alunos e a comunidade escolar, favorecendo desenvolvimento nos aspectos educacionais, sociais, biológicos, psíquicos e cognitivos.

2 Metodologia

A partir de uma abordagem qualitativa, mediante pesquisa-ação, deu-se a elaboração do protocolo, composto por diferentes instrumentos e preenchidos por professores regentes, professora AEE, aluno e família.

De acordo com Pimenta e Franco (2008) a pesquisa-ação tem por pressuposto que os sujeitos que nela se envolvem compõem um grupo com objetivos e metas comuns, interessados em um problema que emerge num dado contexto no qual atuam desempenhando papéis diversos.

As ações para coleta de dados se deram de maneira presencial, com registros escritos e de maneira remota, através do formulário. Desta forma, buscou-se a riqueza de contribuições sobre o aluno, a fim de conhecer suas singularidades e necessidades educacionais específicas. Em ambos os mecanismos de coleta de dados avaliamos que as informações prestadas potencializaram a elaboração do PEI.

O conhecimento produzido se deu de maneira dialógica entre sujeitos que buscam compreender seu papel de agente de apoio a inclusão, podendo transformar suas histórias. A elaboração, aplicação e acompanhamento do PEI voltado ao nosso alunado exigem movimentos entre os autores do processo.

Recolhidas todas as informações, considerando os pressupostos de novas práticas, ao final da etapa de aplicação do protocolo, temos registros que apresentam ao leitor do PEI um panorama bastante fidedigno em relação a quem é o aluno, suas especificidades educacionais e caminhos para acessibilidade e inclusão social e educacional.

3 Resultados e Discussão

Por meio do protocolo elaborado, foi possível identificar o papel do ensino colaborativo na elaboração do PEI em uma escola de Ensino Médio Técnico Integrado, levantando pontos positivos e pontos a serem melhores explorados doravante.

Para Sanchez (2005), a educação inclusiva se apoia nas qualidades e necessidades de cada um e de todos os alunos da escola. E, é na ênfase da heterogeneidade do alunado que docentes se apropriam dos “recursos instrumentais e atitudinais como recursos intrapessoais e interpessoais que beneficiem todos os alunos” (SANCHEZ, 2005, p. 12). O professor é um agente em busca por novos caminhos, podendo inovar em suas metodologias de trabalho e, revisitando sua prática, promover para todos os seus alunos melhoria na qualidade dos caminhos para o ensino/aprendizagem.

O PEI se tornou um instrumento de formação ao corpo docente por incluir as ações pedagógicas adequadas às necessidades educacionais individualizadas. Essas ações tocam em aspectos que favorecem a inclusão por desafiar todos a pensarem que as adaptações curriculares podem compreender conteúdos, métodos, técnicas, organização, recursos educativos, temporalidade e diferentes processos de avaliação. Além disso, especialmente, o processo de construção colaborativa do PEI poderá favorecer caminhos para eliminação das barreiras que prejudicam o processo de aprendizagem e, consequentemente, comprometem a garantia do direito à educação.

Entendemos que a falta de capacitação é uma das barreiras que interfere no processo educativo ao público do AEE. É preciso oportunizar, mas caberá a cada um revisitar seu olhar-ação. O olhar-ação, atento a história das relações entre conhecimento científico e demandas sociais, se torna uma forma privilegiada de acesso ao conhecimento. É fonte de pesquisa, de construção de saberes científicos, culturais e tecnológicos, que conferem um caráter dialógico ao tempo vivido mediando seres singulares que tanto têm a nos ensinar.

4 Conclusão

Em um contexto de Ensino Médio Técnico Integrado, as ações implementadas foram em busca de inéditos. Inédito, aquele não vivido, que causa estranhamento e pode resultar na necessidade de conhecer uma perspectiva colaborativa que foi o principal instrumento a favor da aplicação remota dos instrumentos e formulários que subsidiaram a elaboração do PEI de cada aluno.

O ensino colaborativo encontrou força na união de pessoas com saberes distintos com objetivos em comum, a fim de se pensar a resolução de problemas educacionais. É possível presumir que os estudos deste fenômeno podem avançar, promovendo nortes a quem possa interessar.

Referências

ESTEF, Suzanli; REDIG, Annie. **Documento norteador para implementação do Planejamento de Acessibilidade na Avaliação - PAA: primeiros passos** – Ponta Grossa - PR: Atena, 2024.

PIMENTA, Selma Garrido; FRANCO, Maria Amélia Santoro (orgs.). **Pesquisa em educação: possibilidades investigativas/formativas da pesquisa-ação** (vol.2). São Paulo: Loyola, 2008.

SANCHEZ, P. A. A educação inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI. IN: **Revista Inclusão**. Brasília, V. 1, n. 1, out./2005, p. 718.

SONZA, Andréa Poletto; SALTON, Bruna Poletto; BERTAGNOLLI, Silvia de Castro; NERVIS, Lael; CORADINI, Lucas (orgs). **Conexões assitivas: tecnologias assistivas e materias didáticos acessíveis**. Ed. Graffoluz, Instituto Federal do rio Grande do Sul, Bento Gonçalves-RS, 2020.

[TANNÚS-VALADÃO, G](http://lattes.cnpq.br/0248341559503184)abriela; [MENDES, Enicéia Gonçalves](http://lattes.cnpq.br/3897627554738983). Inclusão escolar e o planejamento educacional individualizado: estudo comparativo sobre práticas de planejamento em diferentes países. IN: **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, p. 1-18, 2018.

VILARONGA, Carla Ariela Rios; MENDES, Enicéia Gonçalves. Ensino colaborativo para o apoio à inclusão escolar: práticas colaborativas entre os professores. IN: Rev. bras. Estud. pedagog. (online), Brasília, v. 95, n. 239, p. 139-151, jan./abr. 2014.

1. Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação (PROPEd/UERJ). Professora Especialista em Educação Especial, atuando na Sala de Recursos Multifuncionais da escola lócus do estudo. [↑](#footnote-ref-2)
2. Mestre em Diversidade e Inclusão (CMPDI/UFF). Coordenadora da Sala de Recursos Multifuncionais da escola lócus do estudo. [↑](#footnote-ref-3)
3. Professora Orientadora. Professora Associada do Departamento de Educação Inclusiva e Continuada da Faculdade de Educação da UERJ e Vice Coordenadora do ProPEd. [↑](#footnote-ref-4)
4. Carômetro é um documento com informações sobre os alunos do AEE da escola, contendo uma foto e descrição individualizada resumida, para favorecer o reconhecimento do professor ao seu aluno. [↑](#footnote-ref-5)